



IGUALDADE / A partir de 2025, as mulheres poderão tornar-se soldados assim que completarem 18 anos. Serviço voluntário durará 12 meses, e as recrutas serão escaladas para atuar na linha de frente

Alistamento para elas

» INGRID SOARES
» VICTOR CORREIA

Divulgação/Exército Brasileiro



Mulheres ocupam apenas postos de oficiais e subs. Entram por concurso ou são egressas das escolas militares

A partir do ano que vem, as mulheres também poderão se alistar nas Forças Armadas ao completar 18 anos. Foi o que anunciaram, ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro José Múcio Monteiro (Defesa). O serviço será voluntário e tem por objetivo aumentar a participação delas no Exército, na Marinha e na Aeronáutica — cujo contingente feminino, somado, é de apenas cerca de 10% da tropa.

“Reforça a máxima de que o lugar da mulher é onde ela quiser. Sabemos que, quanto mais diversa uma instituição, mais representativa será”, salientou Lula.

“Estamos entusiasmados de que vai dar certo. Esse trabalho precisa ser feito. Acho que as primeiras nos ajudarão a estimular as outras. Elas não vão entrar para trabalhar em hospitais e escritórios, não. Vão para o combate, vão ter treinamento de soldado. Vão pegar em arma, treinar tiro, pular obstáculos. É uma vitória muito grande”, acrescentou Múcio.

O anúncio foi durante a cerimônia, ocorrida no Clube do Exército, pelos 25 anos de formação do Ministério da Defesa. O alistamento será entre janeiro e junho do ano em que a interessada completar 18 anos, a partir de 2025. Inicialmente, serão 1,5

mil vagas divididas entre as três forças. A selecionada será incorporada em 2026, com serviço inicial de 12 meses, podendo ser prorrogado. Assim como os homens, elas receberão a patente de soldado.

Contingente

Segundo o Ministério da Defesa, as Forças Armadas têm 37 mil mulheres. Antes do alistamento feminino, elas só entravam

na carreira militar por meio de concurso para áreas específicas — como saúde, ensino, logística e engenharia — ou em funções de linha de frente, caso fossem egressas das escolas preparatórias. Nos dois casos, ocupavam postos de oficiais ou suboficiais. Segundo o ministro, o objetivo é que as soldados mulheres formem um percentual de aproximadamente 20% da tropa.

Múcio destacou que, para receber o novo contingente

feminino, será preciso adaptar os quartéis. “Têm que ser feitas as adequações. Estamos preparando alguma coisa separada, como já existe da Aman (Academia Militar das Agulhas Negras, que forma os futuros oficiais do Exército). A quantidade de mulheres interessadas nas Forças Armadas é uma coisa superinteressante. A quantidade de inscritos na Aman tem aumentando, vai continuar aumentando e isso tem nos ajudado”, disse.



Estamos entusiasmados de que vai dar certo. Esse trabalho precisa ser feito. Elas não vão entrar para trabalhar em hospitais e escritórios, não. Vão para o combate, vão ter treinamento de soldado. Vão pegar em arma, treinar tiro, pular obstáculos”

José Múcio Monteiro,
ministro da Defesa

Além do alistamento feminino, Múcio anunciou a realização de concurso público para completar o quadro de servidores do ministério e a transferência do Programa Calha Norte — que estava sob administração da Defesa — para o Ministério do Desenvolvimento Regional. O programa foi criado em 1989 com o objetivo de desenvolver áreas que tenham baixa densidade populacional.

LEGISLATIVO

PL determina 30% de vagas femininas

» RAFAELA GONÇALVES

A Comissão de Direitos Humanos do Senado aprovou, ontem, o projeto de lei que cria a cota de 30% das vagas para mulheres nos três graus do Poder Legislativo. A regra abrange a Câmara dos Deputados, as assembleias legislativas e as Câmaras Municipais. No caso do Senado, quando houver renovação de dois senadores por estado, pelo menos uma das vagas deverá ser reservada a elas.

O texto segue para a Comissão de Constituição e Justiça da Casa. A matéria determina que o preenchimento das vagas seja feito por alternância entre os sexos e com critérios de distribuição das cadeiras.

O primeiro lugar deve ser ocupado pela mais votada do partido e o segundo será do mais votado, prosseguindo a alternância de sexo até elas tenham ocupado 30% dos lugares destinados à legenda. As vagas restantes devem ser preenchidas segundo a ordem de votação nominal, independentemente do sexo.

A lei hoje determina uma cota de 30% dos recursos eleitorais para candidaturas femininas e de pessoas negras. Mas, segundo a relatora, senadora Zenaide Maia (PSD-RN), a medida “não tem se mostrado suficiente para assegurar a participação igualitária das mulheres no Parlamento”.



CB
DEBATE

Segurança Jurídica e a competitividade da mineração brasileira

A mineração é um dos pilares da economia brasileira, considerada essencial para o crescimento econômico sustentável e uma das principais geradoras de inovação para as demais áreas da economia devido a sua competitividade em âmbito mundial.

No entanto, o setor enfrenta uma série de desafios. Para abordar esse cenário, o Correio Braziliense promove debate voltado ao futuro do segmento no país.



Assista o evento **online** com **transmissão ao vivo** no site e redes sociais do Correio Braziliense



05 de setembro
a partir das 09h

Apoio:



Realização:

